

NÃO SÔ...MAS TAMBÊM: Polifonia e Argumentação

*Eduardo Roberto Junqueira Guimarães*

IEL - UNICAMP

1. Em trabalhos anteriores procurei refletir sobre algumas das conjunções do português. Embora sabendo que as hipóteses então formuladas são ainda meramente exploratórias, não tenho aqui a intenção de aprofundar aqueles estudos, mas pretendo explorar uma outra conjunção: não sô...mas também. Com isto espero ampliar essas reflexões preliminares sobre estes operadores de discurso de modo a poder observar um conjunto mais significativo de dados que permitam, posteriormente, uma abordagem mais global dos problemas envolvidos neste tema tão pouco explorado, o estudo das conjunções do português.

Sabemos que não sô...mas também é um operador cuja freqüência não é muito grande e cujo uso parece se dar em textos de registro mais formal, ou com forte caracterização argumentativa.

De um certo modo, pretendemos, ainda, que o estudo que aqui desenvolvemos seja capaz de fornecer conhecimentos para o estudo do texto. Por isso o nosso percurso deve procurar apreender o funcionamento, no discurso, das construções com não sô...mas também, em Língua Portuguesa.

Nessa perspectiva tomaremos seis seqüências de textos em que esta construção aparece, para, a partir da observação de seu uso, discutirmos algumas hipóteses iniciais tanto pelo exame dos textos escolhidos, quanto pela observação de outras enunciações possíveis, inclusive comparando-as com seqüências dos próprios textos. Para nós, então, como para outros que porventura utilizem este procedimento, os fatos em análise são os textos, as seqüências dos textos. Os testes e o julgamento de aceitabilidade são uma manipulação analítica, ou seja, é uma técnica heurística para se poder ter uma análise dos fatos. Desta forma julgamos utilizar no nível metodológico e analítico um procedimento que compatibiliza o corte metodológico de constituição dos fatos da análise semântica com uma necessidade metodológica da análise de discurso (considerar textos existentes).

Os textos utilizados são:

Texto-1(T1): "Variação na Escola Cromática", Isto É, 291, p. 35

Texto-2(T2): "Acadêmico e sem Criatividade", Isto É, 293, p. 10

Texto-3(T3): "O Leão Morde o Bolso", Isto É, 293, p. 22-25

Texto-4(T4): "O Caso Camata", Folha de São Paulo, 31/7/82, p.2

Texto-5(T5): "O Temperamento e o Meio Urbano". O Fenômeno Urbano, Zahar, p. 61-67

Texto-6(T6): "Uma Teoria sobre Urbanismo", O Fenômeno Urbano, p. 96-98

A análise das seqüências dos textos referidos se dará procurando apreender a ação enunciativa que constitui os recortes do texto. A apreensão desta ação se fará a partir de nosso objetivo: estudo das construções com não só...mas também.

O conceito de recorte, com fortes conseqüências analíticas, metodológicas e teóricas, tomaremos de E. Orlandi (1983, p. 128-130 e 1984). Para melhor confiurá-lo, aqui, acompanhemos o que nos diz a autora.

"O recorte é uma unidade discursiva. Por unidade discursiva entendemos fragmentos correlacionados de linguagem-e-situação. Assim, um recorte é um fragmento da situação discursiva." (Orlandi, 1984, p.14)

O entendimento mais completo da noção de recorte, no entanto, só se dá se atentarmos para o que a autora coloca sobre a incompletude da linguagem e sobre a polissemia. Sobre a questão da incompletude seria interessante observar o que ela nos diz discutindo o problema do tópico num diálogo. Ela afirma "... com essa idéia de in completude apaga-se, em relação a turnos, o limite que separa o meu dizer e o do ou tro" (Orlandi, 1984, p.16). Ou seja, o que digo não é completo, parte do seu sentido está no que os outros dizem e vice-versa. Assim só uma noção como a de recorte, por tanto não segmental, pode apreender esta incompletude constitutiva do sentido.

O outro aspecto a que devemos atentar para a melhor compreensão da no ção de recorte é a polissemia. Segundo Orlandi "A Polissemia é o processo que, na lin guagem, permite a criatividade<sup>1</sup>. É a atestação da relação entre o homem e o mundo" (Orlandi, 1984, p.11). Tomando-se a multiplicidade como objeto de estudo, torna-se ne cessário considerar esta relação entre o homem e o mundo, que é uma relação que passa pelo outro, na interlocução. E assim, mais uma vez se compreende a necessidade de se substituir a noção de segmento pela de recorte.

Para analisar os textos, então, consideraremos os recortes produzidos pelo uso das construções que procuramos estudar. Para isso identificaremos a constru ção com não só...mas também e procuraremos determinar, pela análise, o recorte feito pelo locutor através do uso desta construção. Ou seja, que fragmentos linguagem-e-situação são constituídos por tais enunciações.

2. Nos estudos sobre o português pouco se tem dito sobre a conjunção não só...mas também. Praticamente, as gramáticas do Português se limitam a arrolá-la como conjunção aditiva, equiparando sua função, sua caracterização, à da conjunção e. Desta forma, o que nossas gramáticas nos dizem, e isto de forma indireta, é que não só...mas também (a) coordena orações ou termos de mesma função sintática - relaciona

portanto, orações independentes sintaticamente; (b) serve para acrescentar o que se declara numa oração ao que se declarou na outra à qual se coordena; e (c) a função coordenativa e aditiva é pensada em relação à oração como unidade de análise. A par destas características positivas podemos dizer que falta, entre outras coisas, numa caracterização de não só...mas também, algo que a distinga da conjunção e tomada, em geral, como paradigma das aditivas.

3. Antes de abordar o que mais de perto nos interessa, ou seja, os aspectos semântico-discursivos relativos ao uso de não só...mas também, algumas observações sobre alguns de seus aspectos sintáticos.

3.1. A primeira coisa a observar é que consideraremos como variantes uma da outra seqüências do tipo

- a) não só X mas também Y
- b) não somente X mas também Y
- c) não só X mas Y
- d) não só X como Y.

Seqüências como estas apareceram nos textos que nos serviram de base para nossa análise e que estão em apêndice no final do trabalho.

Ao considerar estes quatro tipos de seqüência sabemos que, com isto, estamos, aqui, esquecendo as diferenças entre estas quatro paráfrases. O que nos interessa, então, é a caracterização deste grupo de construções em relação a seqüências com e, por exemplo, ou outras conjunções.

3.2. Atenemos agora a alguns aspectos que poderíamos chamar, simplesmente, de distribucionais.

3.2.1. Começemos por observar que nos textos em análise o não só...mas também articulou:

A) elementos do sujeito de uma oração

T1 (1) Não só as cores mas também as derrotas podem...

T5 (1) Não somente o transporte e a comunicação mas também a segregação da população urbana tendem...

B) elementos do complemento verbal

T3 (1) Mas isso significa debater não só os números mas também as prioridades.

T3 (2) ...para financiar não só a Petrobrás mas um grande número de projetos.

C) elementos do complemento do nome

T2 (1) ...que já deu provas não só de habilidade como de força imaginativa.

D) elementos do circunstante verbal

T4 (1) Deve-se concluir, portanto, que o assunto foi convenientemente examinado, não sō nos aspectos jur̄dicos, como nas possibilidades propagand̄sticas...

E) verbos

T6 (1) Ela nō sō tolerou como recompensou diferen̄as individuais.

O que isto nos pode dar ̄ que, em seq̄ncias do tipo nō sō X mas tam- b̄m Y, tem-se uma redūo, por apagamento, de termos de uma das orāes envolvidas. O interessante ̄ notar que se apaga o elemento da orāo que nō est̄ articulado por nō sō...mas tam- b̄m. Nō entrarei, aqui, no detalhamento desta quest̄o.

3.2.2. Um outro aspecto importante ̄ que nos textos observados nō apa- receu nenhuma invers̄o do tipo mas tam- b̄m X nō sō Y. E ̄ realmente imposs̄vel encon- trarem-se seq̄ncias como

T6 (1a) Ela como recompensou nō sō tolerou diferen̄as individuais

ou

T1 (1a) Mas tam- b̄m as derrotas nō sō as cores podem, ̄s vezes, ser...

3.3. Consideraremos, agora, alguns aspectos da natureza da relāo en- tre as orāes articuladas por nō sō...mas tam- b̄m. Observemos enunciāes com nō sō...mas tam- b̄m num dīlogo, em relāo ao alcance da pergunta, ao alcance da negāo e ao encadeamento no discurso. Observaremos somente um caso: aquele em que os elemen- tos X e Y s̄o verbos.

a) num dīlogo

parece descabido

T6 (1b) L1-Ela nō sō tolerou diferen̄as individuais

L2-como as recompensou

a menos que estiv̄ssemos diante de um jogral em que L1 e L2 nō seriam dois locutores, mas dois falantes, e nō seriam, tampouco, dois enunciadores.<sup>2</sup>

b) alcance da pergunta

Em

T6 (1c) Ela nō sō tolerou como recompensou diferen̄as individuais?

sō se considerarmos a interrogāo incidindo sobre toda a enunciāo ̄ que podemos consider̄-la com algum sentido.

c) alcance da negação

Observemos primeiro

T6 (1d) Não é verdade que ela não só tolerou como recompensou diferenças individuais.

Para que (T6 (1d)) tenha sentido é preciso considerar que a negação incide sobre a seqüência como uma única enunciação. Mas (T6 (1d)) tem um certo grau de estranheza que se deve, possivelmente, ao fato de que não usamos (T6 (1d)) como enunciação negativa correlata de

T6 (1) Ela não só tolerou como recompensou diferenças individuais.

A negação de (T6 (1)) mais usada é

T6 (1e) Ela nem tolerou nem tão pouco recompensou diferenças individuais.

Note-se que, numa mesma situação, não se diria (T6 (1g)) da mesma forma que se diz (T6 (1f)).

T6 (1f) Ela não só tolerou como recompensou diferenças individuais, portanto é uma pessoa generosa.

T6 (1g) (?) Ela nem tolerou nem tão pouco recompensou diferenças individuais, portanto é uma pessoa generosa.

A propósito (T6 (1e)) deveríamos observar que é impossível enunciar

T6 (1e') (?) Ela nem tolerou como recompensou diferenças individuais

ou

T6 (1e'')(?) Ela tolerou nem tão pouco recompensou diferenças individuais.

Isto leva a concluir que a negação não pode incidir só sobre um dos membros da seqüência, e que ela tem que se reduplicar para incidir sobre ambos.

Mas mais interessante, ainda, o que confirma o que se disse acima, é que não é possível encontrar

T6 (1e''')(?) Ela não só não tolerou como recompensou diferenças individuais.

nem

T6 (1e''''')(?) Ela não só tolerou como não recompensou diferenças individuais.

e pode-se encontrar

T6 (1h) Ela não só não tolerou como não recompensou diferenças individuais.

Pode-se contra-argumentar que é possível usar tanto (T6 (1e''')) quan

to (T6 (le''')). Sim, mas somente se não forem a negação de (T6 (1)).

Tudo o que se observou sobre o comportamento da negação mostra que a seqüência não sô X mas também Y é tratada como um todo.

d) encadeamento no discurso

Em

T6 (1i) Creio que ela não sô tolerou como recompensou diferenças individuais

o encadeamento se dá de ela não sô tolerou como recompensou diferenças individuais com creio que e não de como recompensou diferenças individuais com creio que ela não sô tolerou. Isto mais uma vez mostra como enunciações do tipo não sô X mas também Y são tratadas como um todo pelos interlocutores.

Todos estes testes de análise parecem sustentar a hipótese de que em não sô X mas também Y tem-se um todo, ou melhor uma sô oração e não duas orações coordenadas. Isto poderia ser, já, uma das diferenças entre e e não sô...mas também.

Mas o que acabamos de colocar não nos leva a concluir que estamos diante de uma subordinação. Poderíamos dizer, nos termos de Bally (1965), que esta é uma enunciação segmentada. O principal indício para se chegar a esta conclusão é o comportamento da negação nestas enunciações. Ela sô pode agir sobre o total, mas tem que se reduplicar para alcançar o total, isto quer dizer que a seqüência toda não tem o mesmo grau de unidade das subordinadas, embora não tenham, seus elementos, a independência das coordenadas.

De qualquer modo é bom fixar aqui o fato de que não sô...mas também articula elementos no interior de uma única sentença. Não pode, como a conjunção logo, articular sentenças, parágrafos, capítulos, enfim seqüências que não se confundem com a sentença.

4. Fora do âmbito de nossas gramáticas do Português, no estudo de e,po demos lembrar o tratamento desta conjunção como equivalente à conjunção lógica. Deste modo, a semântica formal caracteriza o e como um operador que se define por uma tabela de verdade que especifica que a conjunção de duas proposições, p e q, é verdadeira se e somente se p for verdadeira e q for verdadeira.

A mera transposição desta caracterização para não sô...mas também diria que uma proposição como não sô p mas também q é verdadeira no caso de tanto p quanto q serem verdadeiras. Mas restariam, de qualquer modo, numa abordagem destas, especificar as diferenças entre e e não sô...mas também.

5. Uma abordagem argumentativa do e poderia dizer que o e é um operador que reúne argumentos de mesma força argumentativa. A transposição desta hipótese para o estudo de não sô...mas também diria que não sô...mas também reúne argumentos de mesma força argumentativa numa mesma escala. E restaria também explicar as diferenças entre e e não sô...mas também.

Mas os estudos argumentativos já formularam uma hipótese que distingue e de não só...mas também. Vogt (1977) faz uma hipótese sobre não só...mas também distinta da hipótese sobre o e.

Ao estudar, do ponto de vista argumentativo, o também, conclui que es te operador equipara a força argumentativa dos argumentos que articula. Nesta hipótese, analisando um diálogo possível como

- (IV) A- Até mesmo Pedro veio  
B- Mas João também veio

diz:

"Ao refutar a exclusividade de p como prova de r, B diz, portanto, que r não pode ser tirado só de p, mas deve ser tirado também de q. Ora dizer isso é dizer que o diálogo (IV) representa de modo analítico todo o processo argumentativo que é próprio da expressão "não só...mas também", tão comum nos discursos em que as intenções argumentativas do locutor são preponderantes, isto é, em todo discurso que não seja puramente descritivo, ou ainda, em to do discurso que visa a persuadir ou a convencer o seu auditório das conclusões a que ele conduz..." (Vogt, 1977, p.135).

Em seguida formula de modo mais direto:

"Quando um locutor diz "não só p mas também q" ele procede como se pressupusesse no seu interlocutor a intenção de acrescentar, como é próprio deste operador, um caráter de exclusividade; não só é a marca desta ausência. A recusa do locutor encontra, enfim, a sua razão argumentativa no fato de q ser apresentado como um argumento de igual força que p, isto é, como um argumento que, por ser igual, opõe-se de certa forma a p: mas também q. (Vogt, 1977, p.135).

Ou seja, para Vogt, quando alguém diz algo como

- (1) Não só Pedro mas também João veio.

é como se dissesse

- (1a) Você pretende que Pedro veio é o argumento mais forte para r. Não é isso, pois não só Pedro mas também João veio. Ou seja, João veio é argumento de igual força que Pedro veio para r.

5.1. O que se acabou de dizer mostra como se tem procurado, no interior da semântica argumentativa, considerar que estes operadores têm uma função na articulação de argumentos. Observemos, porém, a natureza argumentativa dos elementos articulados. Tomemos, aqui, além do e e do não só...mas também o logo (portanto, então).

a) tanto e quanto não sã...mas também podem articular argumentos. Veja-se

(2) Isto será aprovado. Paulo disse que está a favor e João está praticamente convencido.

(3) Isto será aprovado. Não sã Paulo darã seu apoio, mas também João será convencido a fazê-lo.

b) tanto e quanto não sã...mas também articulam conclusões. Veja-se

(4) Isto será aprovado e receberã a adesão de todos. O presidente do sindicato está a favor.

(5) Não sã isto será aprovado mas também receberã a adesão de todos. O presidente do sindicato está a favor.

Note-se, em contrapartida, a dificuldade em se dizer (6) e (7) em situações semelhantes àquelas em que se pode dizer de (2) a (5).

(6) (?) Isto será aprovado e o presidente do sindicato está a favor.

(7) (?) Não sã isto será aprovado mas também o presidente do sindicato está a favor.

c) Logo, diferentemente de e e não sã...mas também, articula argumento e conclusão. Observe-se

(8) O presidente do sindicato está a favor, logo isto será aprovado.

Note-se, ao contrário, a dificuldade de se aceitar

(9) (?) Estaremos perdidos logo isto será aprovado.

Esta dificuldade se deve à dificuldade de se tomar isto será aprovado como conclusão de estaremos perdidos.

Antes de irmos adiante, talvez fosse interessante pensar um argumento possível contra o tratamento argumentativo dos operadores aqui em estudo. O contra-argumento seria algo como: se há nas sentenças algo que lhes dá o valor de argumento ou de conclusão independentemente dos operadores, então o aspecto argumentativo da ligação é derivado de uma outra propriedade (a informativa, por exemplo). A resposta a este contra-argumento seria a seguinte: o fato de que as sentenças têm características que podem inviabilizar sua relação de argumento/argumento ou conclusão/argumento ou argumento/conclusão sã pode levar a dizer que é necessário observar que características sã essas. Na verdade isto corresponderia à necessidade de especificar as relações de conteúdo necessárias para que uma sentença possa ser argumento ao lado de argumento ou argumento de conclusão ou conclusão de argumento, etc. A nosso ver, ao contrário de isto poder refutar um tratamento argumentativo reforça-o, pois mostra que se um logo, por exemplo, não pode aparecer entre sentenças que não sejam uma argumen

to outra conclusão é porque o logo tem como elemento de sua significação, exatamente, estabelecer uma relação entre seqüências de modo a que um seja argumento e outro conclusão.

Fica aqui, então, registrada a necessidade de se estudarem as relações semânticas de argumento e argumento, argumento e conclusão, etc. Isto será, sem dúvida, de grande importância para o estudo da organização textual. Talvez aqui esteja um importante lugar para se estudar o problema da coerência na organização textual. E é isto que estamos, entre outras coisas, tentando determinar num outro trabalho, que trata, especificamente, da organização textual.

5.2. A constatação de que tanto o não são...mas também quanto o e podem articular argumento/argumento quanto conclusão/conclusão, nos indica dois caminhos. Um deles seria considerar a existência de dois e e de dois não são...mas também. Haveria um de cada tipo: um que seria argumentativo e outro não. Outra alternativa seria procurar um lugar de onde se pudesse dar conta dos dois usos dos dois operadores. Feita a primeira opção teríamos que ver, ainda, em que medida a hipótese feita por Vogt distinguiria adequadamente e e não são...mas também. Esta primeira opção poderia, inclusive, ser meramente estratégica, ou seja, não se afirmaria que são dois e e dois não são...mas também, mas que se interessaria aqui são por aqueles com função de articular argumentos. Feita a segunda opção, faz-se necessário procurar uma nova hipótese que seja capaz de explicar tanto os usos de e quanto os de não são...mas também, dando conta das eventuais diferenças entre tais operadores. Procuraremos seguir a segunda opção, cientes, inclusive, de que tal caminho pode abrir sérias dificuldades para a manutenção de hipóteses básicas da semântica argumentativa. É necessário, também, lembrar que uma análise do uso do não são...mas também em textos pode, inclusive, levar a reconsiderar, por exemplo, a afirmação de que o não são...mas também é usado para articular conclusão e conclusão.

5.3. Para tentar avançar nossa discussão tomemos seqüências do texto 3 que estamos utilizando.

A) T3-S1

"Com mais ou menos cerimônia, segundo a circunstância, o leão tem avançado impiedosamente na caça aos fundos para sustentar a máquina do governo, responsável por mais de metade dos investimentos nacionais, em grande parte programados sem o menor esforço de um planejamento sensato. Nessa caçada, algumas artimanhas já se tornaram rotineiras. Neste ano, o preço do cigarro já subiu mais de 100% em apenas um semestre, não porque o público esteja fumando desesperadamente mas porque essa é a principal fonte de arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). /Os derivados de petróleo estão carregados de taxas e impostos em seus preços de venda ao consumidor, para financiar não são a Petrobrás mas um grande número de projetos na área energética."

S1.1

S1.2

Parece podermos dizer que, nesta seqüência, o locutor constitui um re corte que inclui argumentar para algo como "falta seriedade na política tributária brasileira". Note-se que não estamos dizendo que há um segmento do texto que argumen ta para o que se diz em outro segmento do texto, que argumenta para o que se diz em outro segmento, etc. O locutor utiliza o conjunto do que se diz no recorte como argu mentos, para um destinatário no Brasil atual, a favor de "falta seriedade na política tributária brasileira".

Mas o que nos interessa de perto aqui é a S1.1. Intuitivamente podemos entender o que aí se diz como se alguém tivesse dito "os derivados de petróleo estão carregados de taxas e impostos em seus preços ao consumidor para financiar a Petro brás" e o locutor dissesse, então, "...para financiar não só a Petrobrás mas um gran de número de projetos na área energética". Faremos, então, a hipótese de que o locu tor constitui a sua enunciação, polifonicamente, representando dois enunciadores as sim:

E1: "Os derivados de petróleo estão carregados de taxas... para financiar a Petrobrás

E2: "Os derivados...para financiar não só a Petrobrás mas um grande número de Projetos na área energética"

Ob.:  $E2=L^3$

Para confirmar esta hipótese, considere-se um diálogo em que se esti vesse falando sobre os tributos, tal como em T3, e a uma certa alguma se tivesse, ou

(10) L1- E isto tudo para quê? Para financiar a Petrobrás.

L2- Para financiar não só a Petrobrás, como você diz, mas também outros projetos da área energética

ou

(11) L1- E isto tudo para quê? Para financiar a Petrobrás.

L2- Para financiar a Petrobrás, como você diz, e outros projetos da área energética.

No diálogo (11), diferentemente de (10), L2 deve, por exemplo, utilizar uma entoação que sublinhe contrastivamente para financiar a Petrobrás em relação a e outros proje tos da área energética. Uma outra possibilidade para o uso do que diz L2 em (11) é que a situação, por si, sublinhe, contrastivamente o que se diz. Observe-se, também, que seria até mais natural que L2 dissesse

(11a) L2- para financiar a Petrobrás, como você diz, mas também outros proje tos da área energética.

O que diz L2 em (11a) seria uma paráfrase mais próxima da fala de L2 em (10) do que o que diz L2 em (11).

Podemos, então, concluir que o uso do e exige condições diversas das que exige o uso de não só...mas também. E parece podermos dizer que o não só...mas também tem na sua estrutura um lugar próprio para a voz do outro. Já as enunciações com e, precisam de outros elementos para relacionarem-se com esta outra voz, já que as enun-  
ciações com e não representam, necessariamente, um lugar para esta outra voz.

Isto confirma nossa hipótese de que a significação das enunciações com não só...mas também é polifônica, ao contrário das enunciações com e. Seria também in-  
teressante observar os possíveis diálogos (12) e (13).

(12) L1- Estes tributos são para financiar a Petrobrás.

L2- Para financiar não só a Petrobrás mas também outros projetos da  
área energética.

(13) L1- Estes tributos são para financiar a Petrobrás.

L2- Para financiar a Petrobrás e outros projetos da área energética.

Aqui o uso do e não exige as condições indicadas anteriormente para (11). Poderíamos  
dizer que em (13) o que diz L2 cita, relata, o que diz L1, enquanto que em (12) a fa-  
la de L1 aparece polifonicamente na fala de L2.

Restaria, então, em relação ao e, aprofundar a discussão do seu cará-  
ter não marcado. Ou seja, o e pode até aparecer em enunciações que mobilizam polifoni-  
camente a voz do outro, mas, seguramente, este não é seu uso específico. E a polifonia,  
neste caso, deve estar ligada a outros elementos da situação. De qualquer modo, não  
queremos dizer que a fala de L2 no diálogo (11) é uma paráfrase da fala de L2 em (10).  
Na verdade, uma forma não marcada, quando usada na função de uma forma marcada, cria  
efeitos de sentido diversos.

Acrescente-se a estes testes, que, na medida em que o locutor em T3-S1.  
diz "para financiar não só a Petrobrás mas um grande número..." ele estabelece um re-  
corte que inclui a argumentação em favor de "falta seriedade na política tributária  
brasileira" e que, portanto, (e assumimos aqui a hipótese de Vogt (1977) sobre o va-  
lor argumentativo de não só...mas também, acrescentando-a à nossa hipótese da polifo-  
nia destas enunciações) em S1.1 o locutor enuncia

E1: "Os derivados de petróleo estão carregados de taxas...para financiar a  
petrobrás ---) falta seriedade na política tributária brasileira

E2: "Não só os derivados...financiar a Petrobrás ---) falta seriedade...  
mas também

"...para financiar grande número de projetos da área energética ---) fal-  
ta seriedade..."

Assim a ação do locutor coloca como constitutivo deste recorte tanto a  
argumentação anterior do texto contra a política tributária quanto o dizer de E-1

(que também é representado com esta mesma orientação argumentativa).

É importante ressaltar aqui que apresentar o primeiro argumento "para financiar a Petrobrás" como argumento de outro enunciador é uma estratégia pela qual o locutor (e o enunciador-2) reforça sua argumentação contra a política tributária. Não são dois argumentos, mas são duas argumentações. Ou seja, o Locutor apresenta dois argumentos de igual força argumentativa, mas como quem aceita uma argumentação de outro, que a apresentava como definitiva e lhe acrescenta algo de igual força, assim os dois argumentos ganham uma força suplementar que lhe é conferida pela polifonia da enunciação, ou seja, a enunciação de E-2 ganha uma força suplementar na medida em que representa a argumentação de E-1 e acrescenta-lhe algo na mesma direção.

Poderia dizer, ainda, que "financiar a Petrobrás" é argumento só na medida em que "financiar um grande número de projetos na área energética" também o é, e vice-versa. Ou seja, é porque o L representa E-2 como acrescentando um argumento à argumentação de E-1 que a enunciação de E-1 se representa como argumentativa, e vice-versa. Assim "financiar a Petrobrás" e "financiar um grande número de projetos na área energética" são argumentos na medida em que ambos são argumentos. Os dois se fazem argumentos juntos. É interessante ressaltar isso para relacionar esta característica com a caracterização de enunciação segmentada que demos para a sintaxe de seqüências com não são...mas também.

Um outro aspecto a se ressaltar é que, neste caso, o não são X mas também Y está, em relação a "os derivados...ao consumidor", subsumido pela relação introduzida por para. A seqüência l.l. pode ser parafraseada por

S.l.l'. Os derivados de petróleo estão carregados de taxas e impostos em seus preços de venda ao consumidor para não só financiar a Petrobrás, mas também financiar um grande número de projetos na área energética.

Poder-se-ia dizer que, neste caso, não são...mas também não articula nem argumento e argumento nem conclusão e conclusão, já que a relação a que não são X mas também Y se encadeia é a relação que indica finalidade. Mas a relação aqui não é meramente segmental, como já vimos.

Inclusive, o que se poderia dizer é que esta análise mostra como o fato de não só a Petrobrás mas um grande número de projetos na área energética ser, sintaticamente, um complemento verbal no interior de um circunstante verbal não anula a função claramente discursiva de não são...mas também. Pois a argumentação que está aí configurada se projeta para a totalidade da significação textual. Isto mostra como a relação semântico-pragmática, neste caso, não é uma relação de elementos de um nível da estrutura da sentença no interior de outro nível da estrutura da sentença (as relações aqui não são segmentais). Há, isto sim, uma relação entre um recorte do texto com outros recortes do texto.

B) T3-S.2

"O fato, comentou Amaury Temporal, primeiro vice-presidente da Associação

S.2.1. Comercial do Rio de Janeiro, "é que nós cobrimos o déficit do governo, seja pela inflação, seja pelo calote, seja pelo tributo". / "Mais importante que discutir como se cobre esse déficit", continua o empresário, "é discutir o próprio déficit". O comentário parece sensato. Mas isso significa debater não só os números mas também as prioridades de investimentos e o sentido da política econômica. / Isso é democracia. Num país em que mal se consegue receber uma conta líquida e certa do governo, é um banquete de milionários."

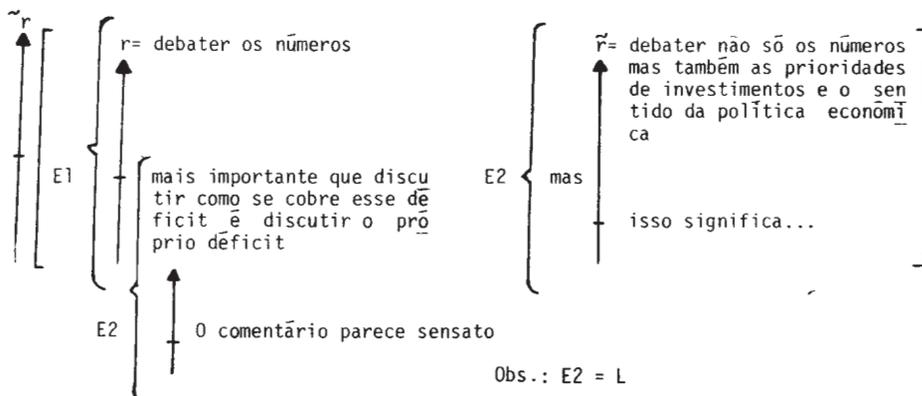
Especifiquemos, inicialmente, que nossa análise recairá sobre a S.2.1. Colocamos aqui S.2 para melhor contextualizar a seqüência que nos interessa.

A análise da ação do não só...mas também, neste caso, deve começar pela observação do verbo significar em "isso significa debater...". O sentido de significar, neste caso, é, do nosso ponto de vista, argumentar, orientar argumentativamente<sup>4</sup>. Assim, tem-se a seguinte:

"isso --) debater não só os números mas também as prioridades de investimentos e o sentido da política econômica".

Assim, confirmamos o uso em um texto de não só...mas também articulando elementos de uma conclusão. Mas resta apreender algo de fundamental do uso desta seqüência. De acordo com o que observamos na análise de S.1 de T3, anteriormente, há aqui uma construção polifônica. Se isto se confirma, que outra voz está representada neste caso? Não podemos esquecer que isso é um argumento que orienta na direção oposta a um outro argumento ao qual se articula pelo mas. E este outro argumento é apresentado por uma outra voz que orienta para uma direção oposta à voz do locutor.

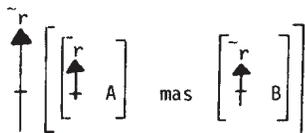
Em virtude da polifonia de não só X mas também Y e pelo fato de aqui esta seqüência estar sendo usada como conclusão, podemos dizer que "debater os números" é a conclusão para a qual esta outra voz quer orientar. Assim podemos dizer que temos em S.2.1, considerando também a orientação argumentativa de parece sensato,



Vários comentários e precisões se fazem aqui necessários. Em primeiro lugar, observemos que é pelo uso de não só X mas também Y que o locutor constitui o que é a voz de E1 neste caso, ou seja, é por dizer não só os números... que o locutor representa E1 como concluindo a favor de "debater os números".

Um outro problema a considerar, qual o alcance da anáfora realizada por comentário e por isso? Poder-se-ia dizer que comentário retoma tudo o que foi dito por Temporal. Mas, lembremos que há um outro anafórico, isso, que o locutor apresenta como o argumento de E2 orientando para a conclusão "debater não só os números mas também as prioridades de investimentos..." E o que o locutor poderia estar representando como argumento de E2 para tal conclusão? A idéia de que debater o próprio déficit é mais importante que discutir como cobri-lo. Assim, o alcance de isso é "mais importante que discutir como se cobre esse déficit é discutir o próprio déficit". Portanto o isso do locutor é uma parte do discurso relatado de Temporal. Como devemos considerar que a mesma seqüência é representada como argumento de E1 para "debater os números", então devemos considerar que o alcance do uso anafórico de comentário é também "mais importante que discutir como se cobre esse déficit é discutir o próprio déficit". É interessante ressaltar aqui que o alcance da anáfora está definido pela ação argumentativa. Ou seja a anáfora retoma aquilo que a argumentação do locutor recorta como antecedente da anáfora.

Um terceiro aspecto a considerar, em que medida "debater não só os números mas também as prioridades de investimentos..." é a negação de "debater os números"? Esta pergunta se coloca, já que a semântica argumentativa considera, tal como utilizamos antes, que enunciações como A, mas B têm a seguinte significação, no que diz respeito à sua orientação argumentativa.



Parece podermos dizer que o que o locutor representa na sua argumentação é que E2 considera que E1 tira uma conclusão muito restrita do argumento em questão e nega, então, o caráter restritivo desta conclusão (a de E1). O  $\sim r$  aqui no caso é a negação da conclusão restrita. E2 pelo não só X mas também Y diz algo como é preciso concluir mais que X, é preciso concluir também Y. E há uma consequência importante aqui. Esta argumentação pode estar passando uma crítica a E1 (que é, na verdade, a crítica geral do texto contra a política econômica do governo). Assim o modo de utilizar a voz do outro neste caso (não só...mas também articula conclusões) é diferente de quando este operador articula argumentos. Poderíamos dizer que, quando X e Y são argumentos, E2, além de usar X como um dos argumentos, usa a enunciação de E1 a seu favor, como um argumento suplementar. Quando X e Y são conclusões, E2 apresenta a conclusão de E1 como pobre, como insuficiente, critica-a, portanto, argumenta contra seu caráter insuficiente.

Na análise deste recorte também se vê como o não só...mas também, que neste caso articula sintaticamente dois complementos no interior de uma sentença, tem uma função semântico-pragmática para além dos limites da sentença. Neste caso este al cancela chega a permitir, inclusive, dizer que também neste ponto do texto o locutor(E2) critica o governo, ou seja, argumenta a favor de "a política econômica do governo é mal dirigida". Seria bom lembrar, quanto a isso, no entanto, que não é discutir os números e discutir prioridades, etc que são argumentos para tal conclusão. Esta conclusão pode ser tirada a partir da crítica à possível conclusão restrita que um enunciatador da área do governo pudesse querer tirar do argumento em questão. É a conclusão mais ampla de E2 contra a conclusão restrita de E1 que funciona como argumento. Ou seja, o locutor utiliza uma estratégia pela qual a polifonia é mobilizada argumentativamente, numa certa direção.

### C) T1

Na análise das seqüências 1 e 2 de T3 pudemos configurar as enunciações com não só...mas também como sendo polifônicas, ao mesmo tempo em que ficou colocado que a diferença entre enunciações com e e com não só...mas também é que as enunciações com e não são polifônicas. Tomemos agora uma seqüência de T1 onde podemos diretamente substituir não só...mas também por e de modo a que a substituição cause estranheza à enunciação. Consideremos T1-S1 abaixo.

Contexto Anterior: reprodução de uma entrevista de Borges em que ele diz gostar do amarelo e que seus amigos consideram esta cor berrante (ver T1 no apêndice)

T1-S1: "Na verdade, não só as cores mas também as derrotas podem algumas vezes ser gritantes".

Esta seqüência de R1 é introduzida por na verdade, que é uma expressão que mostra uma retomada de algo dito antes. O uso deste na verdade mostra como as cores algumas vezes são gritantes é algo apresentado como já dito, neste caso retoma, de algum modo, o que foi dito por Borges a propósito do que disseram seus amigos sobre a cor amarela.

É interessante notar como a substituição de não só...mas também por e, neste caso, cria problemas. Seria, de algum modo, estranho dizer, no contexto em questão,

T1-S1a-(?) Na verdade, as cores e as derrotas podem algumas vezes ser gritantes.

Esta estranheza se dá porque o e não é adequado neste contexto em que há um elemento suplementar que marca a retomada. O uso do e não combina com o uso de na verdade por que com o e não há retomada. E é por haver retomada, representada, é verdade, com o uso de não só...mas também que o na verdade pode aparecer no contexto em questão. Isto nos leva a confirmar a diferença entre enunciações com e e enunciações com não só...

mas também: as enunciações com não sô...mas também: são polifônicas, as com e, não.

Observemos agora o problema da apropriação do discurso do outro feita pelo locutor. Se notarmos bem temos o seguinte: Borges diz, num relato, sem reproduzir o dizer de seus amigos, que eles achavam o amarelo berrante. Assim o dizer dos amigos de Borges, depreensível na fala de Borges é o amarelo é uma cor berrante. O locutor retoma isso dizendo não sô as cores podem algumas vezes ser gritantes, como se tivessem dito as cores podem algumas vezes ser gritantes.

Isto, de um lado, mostra que a presença deste outro no discurso, neste caso, não deve ser vista como discurso relatado, o que confirma, por outro ângulo, a hipótese da polifonia. Mas há outro aspecto, a voz do outro, que tais enunciações con-figuram, é uma voz que é de um certo modo, representada. Não está em questão a existência real ou não desta voz, embora a representação possa representar uma voz com existência real. Assim o locutor representa um enunciador que não é Borges, exatamente, nem seus amigos, mas através desta voz retoma a fala de Borges e a de seus amigos.

Outro aspecto fundamental aqui é que o uso deste tipo de enunciação é que permitiu, no texto em análise, pelo recorte produzido tomar, como um todo, o trecho da entrevista do Borges e o que foi escrito pelo jornalista. Assim o movimento semântico deste tipo de enunciação é capaz de dar o lugar do próprio sentido global do texto, embora, sintaticamente, se tenha uma construção cujo alcance está nos limites da frase. Assim, digo mais uma vez, o alcance semântico-pragmático destas construções é de natureza textual e discursiva, em claro descompasso com seus limites sintáticos. Isto mostra, inclusive, mais uma vez, como a unidade discursiva não pode ser o segmento, mas o recorte. Só pensando o recorte como unidade discursiva podemos falar da apropriação, pelo jornalista, da voz dos amigos do Borges através da voz do Borges, através da polifonia do não sô X mas também Y.

É importante, ainda, ressaltar aqui que o movimento semântico produzido pela construção que estamos analisando sô pode ser mais cabalmente apreendido, neste texto, se levarmos em conta a metáfora envolvida e a disseminação desta metáfora para o texto todo através da enunciação do recorte em questão. E sô assim se poderá dizer que pelo recorte em questão o locutor argumenta a favor de "a derrota do governo é difícil de esconder" (sei que estou simplificando a análise aqui, mas isto me parece suficiente para os objetivos deste trabalho). Portanto esta orientação argumentativa também é parte do conteúdo semântico deste recorte. Neste caso, então, a enunciação de não sô X mas também Y é polifônica, como já dissemos, e suas partes são argumentos para a conclusão indicada logo acima: "a derrota do governo é difícil de esconder".

5.4. Concluindo: As análises feitas nos levaram, então, a formular a seguinte hipótese: as sequências do tipo não sô X mas também Y têm como significação básica

$$(14) \begin{cases} E1: X \\ E2: X, \text{ mas não sô } X, \text{ também } Y \end{cases}$$

Isto quer dizer que usar não só X mas também Y é lançar mão de uma forma lingüística que tem a polifonia como constitutiva de sua significação. O locutor apresenta X como enunciação de um E1 que a apresentaria como única, e apresenta também a enunciação de Y por E2 como algo que para e por ser enunciado nega o caráter exclusivo, único, definitivo, etc, da enunciação X de E1. Ao contrário disso, o e articula elementos no interior da voz de um mesmo enunciador.

Assim devemos considerar que o que se enuncia por não só X mas também Y ou por X e Y não são, por si, nem argumentos de uma classe argumentativa, nem conclusões que definem uma classe argumentativa. O valor de orientação argumentativa destas enunciações depende de outros operadores no interior do discurso que coloca os elementos articulados por não só...mas também ou por e numa classe argumentativa ou como de finalizadores de uma classe argumentativa.

Mas é necessário acrescentar a isso que a polifonia do não só ... mas também tem, em si, força argumentativa: 1) se articula argumentos utiliza, além dos argumentos expressos, a) o fato de acrescentar um argumento a outro já dado como suficiente, e b) a argumentação de E1, como argumentos suplementares (definitivos?) para sua argumentação. 2) Se articula conclusões pode, por exemplo, criticar a conclusão restrita de E1, pelo fato de mostrar que é possível concluir mais. Assim argumenta contra o caráter restrito da conclusão retirada por E1 de um certo argumento ou argumentos.

Diante disso, podemos dizer que os usos de significações polifônicas são também estratégias do locutor para construir a sua argumentação. Assim a maneira como o locutor cruza o uso da polifonia no discurso com a construção argumentativa do discurso constitui, por si, parte da argumentação discursiva. Assim se nota que a enunciação em si é mobilizada como argumento. Este tipo de força argumentativa é constituído pelo que poderíamos chamar, como já o fizemos em outras circunstâncias, Estratégias de Relação.

Poderíamos finalizar esta parte, então, dizendo que as enunciações com não só...mas também apresentam um caráter avaliativo que as enunciações aditivas com e não apresentam. Este caráter se dá pela avaliação que E2 faz, por sua enunciação, da enunciação de E1.

5.5. Seria bom ressaltar aqui uma característica das enunciações com não só...mas também que se destacou na análise das três seqüências analisadas (duas de T3 e uma de T1). Estas enunciações, embora tenham uma estrutura que limita seu alcance sintático no interior da sentença, têm um alcance semântico-discursivo. O caráter polifônico destas enunciações dá a eles a capacidade de recortar a continuidade discursiva para além dos limites da frase. Seria interessante procurar relacionar esta característica destas enunciações com o caráter segmentado, no sentido de Bally, que nelas julgamos encontrar.

Seria, ainda, interessante observar que a ação do não só...mas também pode estar ligada a questões de tópico/comentário. Talvez se pudesse dizer que os ele

mentos articulados por não s̄o...mas também são comentário e que o locutor representa um enunciador que toma o comentário do dizer de um outro enunciador negando a exclusividade deste comentário, acrescentando-lhe algo mais. Nesta linha poderíamos dizer que os apagamentos que ocorrem nestas construções são explicados também por esta estrutura tópico/comentário que a enunciação não s̄o X mas também Y constitui.

#### 5.6. A Construção de Não s̄o X mas também Y

5.6.1. Uma pergunta que se pode fazer é se não é possível formular a hipótese de que as enunciações com não s̄o...mas também não podem ser interpretadas como construídas a partir da ação de diversos operadores: não, s̄o, mas, também. Já que todos são, em outras circunstâncias, operadores com uma ação própria. Uma primeira possibilidade seria fazer uma hipótese que chamaria, aqui, de componencial. Ou seja, o sentido destas enunciações seria tratado como construído por componentes menores. Em princípio, deveríamos refutar a possibilidade de uma análise componencial, pois ela estaria comprometida com a hipótese que considera a linguagem como fundamentalmente informativa. Mesmo assim discutiremos a hipótese componencial, pois, a sua inviabilidade, torna-se um argumento que corrobora o nosso ponto de vista, que se opõe à hipótese representacionista da linguagem.

Talvez se pudesse fazer a seguinte hipótese: As enunciações em questão cruzam, ou são compostas de

$$9 \left\{ \begin{array}{l} \text{A) } \bar{s}\bar{o} \text{ X} \\ \text{B) } \bar{N}\bar{a}\bar{o} \text{ X mas (também) Y} \end{array} \right. \quad 6$$

sn

Esta possível solução componencial teria uma contradição difícil de resolver: s̄o x do componente A e não x do componente B.

Ainda uma outra possibilidade

$$9 \left\{ \begin{array}{l} \text{A) } \bar{s}\bar{o} \text{ X} \\ \text{B) } \bar{N}\bar{a}\bar{o} \text{ X} \\ \text{C) } \text{X e também Y} \end{array} \right.$$

Esta solução apresentaria, no mínimo, a mesma contradição apontada para a primeira hipótese feita. E ainda teria que formular a questão da presença do mas. Para resolver este último problema se poderia dizer que o componente C é X mas também Y. Neste caso poderíamos ver que, para a sequência que tomamos para análise nesta parte, causaria, talvez, estranheza um componente como para financiar a Petrobrás mas (também) um grande número de projetos na área energética. Mesmo que isto seja aceitável ficam as dificuldades apontadas para a primeira hipótese.

Diante destas observações parece que não basta saber a contribuição informacional para a enunciação de não s̄o X mas também Y dos operadores não, s̄o, mas, também.

Em lugar de um tratamento componencial se poderia pensar que cada um

destes operadores tem um certo escopo e que o sentido é constituído pelo alcance dos operadores. Uma hipótese neste sentido seria:

- 9 {
- A) São X
  - B) Não São X
  - C) Não São X mas Y
  - D) Não São X mas também Y

Para a consideração desta hipótese tomemos a seqüência do texto-3 já observado anteriormente. Suponhamos que a ação dos operadores seja a que sugerimos acima.

- A) (1) Os derivados de petróleo estão carregados de taxas... para financiar são a Petrobrás.

Neste caso teríamos:

- (1a) PP - Financiar a Petrobrás
- (1b) P - Não financiar nada além da Petrobrás.

- B) (2) Os derivados de petróleo estão carregados de taxas não são para financiar a Petrobrás

Onde se teria:

- (2a) PP - ... financiar a Petrobrás
- P - ... financiar outras coisas diferentes da Petrobrás.

Diante disso, como considerar o acréscimo de (3), pela ação de C?

- C) (3) Mas um grande número de projetos na área energética resultante da ação do mas sobre (2).

Haveria, no mínimo, uma redundância informacional (2b e 3) muito difícil de contornar nesta análise. Acrescente-se, ainda, que neste caso específico não houve a ação do também sobre não são X mas Y.

Uma outra hipótese por escopo dos operadores poderia ser

- A) São X
- B) Não são X mas Y
- C) Não são X mas também Y.

Onde seja, se consideraria que não...mas Y operaria sobre são X. Para o caso que estamos observando teríamos:

- A) (4) Financiar são a Petrobrás
- B) (5) Financiar não são a Petrobrás mas um grande número de projetos na área energética.

Esta solução, se se desconsidera a caracterização polifônica destas

enunciações, parece adequada. Restaria saber se a consideração da ação do também de ve ser feita num momento C ou ao mesmo tempo que não...mas em B. Neste caso se teria que pensar que o também pode ser posteriormente apagado por alguma razão.

5.6.2. Suponhamos, agora, uma situação em que alguém dissesse

(6) L1- Isto é bom. As taxas são usadas para financiar só a Petrobrás.

ao que outro retrucasse

(7) L2- Não é isso. As taxas são usadas para financiar não só a Petrobrás mas um grande número de projetos na área energética.<sup>7</sup>

Neste caso a enunciação de L2 vai na direção oposta à de L1. Ou seja, L2 orienta o que diz em (7) para isto não é bom.

Uma situação como esta levanta de imediato a questão de que, quando não só...mas também articula argumentos, eles não vão, necessariamente, na mesma direção. Como responderia a essa questão a análise por escopo que acabamos de considerar? Poderia dizer que a ação do não inverte a direção argumentativa de Só X, no caso Financiar só a Petrobrás, de tal modo que o todo orientaria para isso não é bom (e não mais para isso é bom), junto com a orientação argumentativa de um grande número de projetos na área energética. Desta forma se poderia dizer, como concluíamos anteriormente, que a orientação argumentativa de X e Y é uma só. Mas de qualquer forma, restaria a questão de que neste caso parece realmente haver uma oposição de orientações argumentativas.

O tratamento considerando o escopo dos operadores, então, nos deixa dois problemas. Por um lado não inclui a questão da polifonia e por outro não consegue dar conta de uma oposição argumentativa que parece existir num caso como (6-7).

Observemos, agora, os diálogos possíveis abaixo, que parecem ter alguma coisa em comum.

(8) L1- As taxas são usadas para financiar só a Petrobrás.

L2- Para financiar não só a Petrobrás mas um grande número de projetos na área energética.

(9) L1- As taxas são usadas para financiar só a Petrobras.

L2- (?) Para financiar só a Petrobrás mas um grande número de projetos na área energética.

(10) L1- As taxas são usadas para financiar a Petrobrás.

L2- Para financiar a Petrobrás mas também um grande número de projetos na área energética.

(11) L1- As taxas são usadas para financiar a Petrobrás

L2- (?) Para financiar a Petrobrás mas um grande número de projetos na área energética.

(12) L1- As taxas não são usadas para financiar a Petrobrás

L2- Não são usadas para financiar a Petrobrás mas um grande número de projetos na área energética.

(13) L1- As taxas são usadas para financiar a Petrobrás.

L2- (?) Não são usadas para financiar a Petrobrás mas também um grande número de Projetos na área energética.

Por um tratamento que considera somente a questão do escopo dos operadores deveríamos dizer: a) pela observação de (8) e (9), sobre sô X deve operar não... mas Y; b) pela observação de (10) e (11), sobre X deve operar mas também Y; e c) pela observação de (12) e (13), sobre não X deve operar mas Y.

Seria possível dar conta conjuntamente destas três situações considerando a questão do escopo dos operadores? Parece que não, pois é impossível ordenar a ação destes operadores de modo a dar conta das situações acima. Pela ordenação feita anteriormente

A) Sô X

B) Não Sô X mas Y

C) Não Sô X mas também Y

poder-se-ia dar conta de (8) e da impossibilidade de (9), mas não seria possível dar conta de (10) nem da impossibilidade de (11), nem dar conta de (12) e da impossibilidade de (13). O que se poderia dizer é que o que se procurou explicar com a ordenação da ação dos operadores é sô a possibilidade de (8) e a impossibilidade de (9). Os demais casos seriam considerados fenômenos de outra natureza. Para (8) e (9) tem-se o operador Sô e depois não...mas(também); para (10) e (11) tem-se o operador Mas<sub>PA</sub>; e para (12) e (13) tem-se o operador Mas<sub>SN</sub> que tem como antecedente uma seqüência negativa. Sem dúvida, estas soluções podem contemplar o aspecto argumentativo envolvido, mas não conseguiriam explicar o caráter polifônico das enunciações em estudo.

Voltemos à nossa hipótese da Polifonia e procuremos tratar os aspectos considerados. A partir da caracterização do Não sô...mas também com polifônico, podemos dizer que pensar como se constrói, ou construiu, a expressão em estudo é pensar em que relação com outro dizer ela se constitui. Então a questão não é de escopo de operador, nem tão pouco componencial, mas de relação interdiscursiva numa situação de enunciação. Ou seja, que dizer do outro o uso de não sô...mas também representa ou resgata.

Retomemos o problema colocado por (6)-(7).

(6) L1- Isto é bom. As taxas são usadas para financiar sô a Petrobrás.

(7) L2- Não é isso. As taxas são usadas para financiar não sô a Petrobrás mas um grande número de projetos da área energética.

Considerando a enunciação (7), na relação com (6), como polifônica di-remos que ela representa polifonicamente financiar sô a Petrobrás. Mas o conteúdo argumentativo que vai na mesma direção de mas um grande número de projetos... não é financiar sô a Petrobrás mas a Petrobrás não é a única a ser financiada. Assim considerando dois enunciadores ( $E_0$  e  $E_1$ , onde  $E_1 = L$ ), o Locutor representa o dizer de  $E_0$  como financiar sô a Petrobrás  $\rightarrow$  isto é bom e o dizer de  $E_1$  como financiar não sô a Petrobrás e mas também um grande número de projetos na área energética  $\rightarrow$  Isto não é bom. Isto não quer dizer que não haja tanto no dizer de  $E_0$  quanto no de  $E_1$  a informação as taxas financiam a petrobrás.

Então, neste caso, poderíamos dizer que em (7) há o seguinte:

- $L2-E_0$  - /As taxas financiam a Petrobrás/  
 /As taxas não financiam nenhum outro projeto  $\rightarrow$  isto é bom/  
 $E_1$  - /As taxas financiam a Petrobrás mas também outros projetos  $\rightarrow$  isto não é bom/

Desta forma devemos concluir que quando o não sô...mas também articula argumentos, eles são, na enunciação de  $E_1$ , argumentos de uma mesma classe argumentativa e de igual força. Mas a enunciação de  $E_0$  que se dá com a de  $E_1$  por ser (como vimos nas seqüências analisadas anteriormente) ou não (como nesse caso presente) da mesma orientação que a enunciação de  $E_1$ . E neste caso, há, no que diz o locutor, uma oposição entre direções argumentativas. E, em enunciações como esta, a estratégia do locutor consiste em representar a enunciação de um enunciador, negar sua direção, e acrescentar a este primeiro argumento, que inverte o de  $E_0$ , um outro que, de certa forma, justifica a inversão que realiza.

Diante disso podemos dizer que a consideração da polifonia nos permite resolver uma questão como essa, que uma análise pelo escopo de operadores não conseguiria, ou melhor, uma análise por escopo omitiria a convivência destas duas enunciações e, assim, não contemplaria a "sensação" de oposição argumentativa que há em (7); pois ela trataria a ação da negação como um operador que inverte a direção argumentativa e mais nada. Com a solução presente, é possível revelar tanto a oposição entre financiar sô a Petrobrás  $\rightarrow$  isto é bom em relação a orientação argumentativa de  $E_1$  que orienta para isto não é bom, quanto dar conta de que não sô financiar a Petrobrás é, na enunciação de  $E_1$  argumento para isto não é bom. Isto, ao mesmo tempo, confirma mais uma vez que em não sô X mas também Y se X e Y se fazem argumento ao mesmo tempo, dada a natureza segmentada da enunciação.

Por outro lado, esta perspectiva abre caminho para pensar relacionada mente todos os casos de (8) a (13) que levantamos antes. Ou seja, o problema do locutor é que dependendo do recorte discursivo que se estabelece na interlocução ele apresenta um dizer diferente do outro enunciador.

Assim podemos dizer que, de um lado, devemos descartar as hipóteses componencial e por escopo de diversos operadores, e, de outro, considerar corroborada

a hipótese da polifonia de enunciações com não só...mas também, mantendo ao mesmo tempo a hipótese de que, quando este operador articula argumentos, eles têm a mesma orientação argumentativa. O que devemos ressaltar, no entanto, é que a relação entre as vozes dos enunciadores num recorte discursivo como este é que há uma oposição argumentativa entre estas vozes, e que, como no caso de (7) que vimos antes, o argumento de  $E_0$ , de uma classe argumentativa oposta aos argumentos de  $E_1$ , é o próprio conteúdo do enunciado, enquanto que em vários outros casos, como os analisados em partes anteriores deste trabalho, a oposição é entre a limitação da classe argumentativa a um único argumento e a negação desta limitação pela apresentação de outro argumento.

Além da confirmação da hipótese polifônica que fizemos, a impossibilidade de um tratamento componencial e a insuficiência do tratamento por escopo de operadores nos levam a uma conclusão sobre a natureza da significação. O que isto nos revela é que a significação tem um caráter histórico. No caso presente, diríamos: o que uma enunciação como não só X mas também Y significa é aquilo que os usos de não, só, mas, também constituíram como história destes usos. Ou seja, a significação de uma expressão linguística não é o que resulta da combinação dos elementos de uma estrutura, mas é o que resulta da relação discursiva dos usos desta estrutura, ou destas estruturas, pelos falantes. Desta forma, parece podermos dizer, como diriam muitos, que todo estudo semântico é necessariamente histórico (não estou dizendo diacrônico). Uma interessante consequência desta perspectiva é que ela desconsidera dicotomias como língua/fala, sincronia/diacronia, etc., que têm perpassado quase todo estudo linguístico pós-saussuriano, impedindo assim a apreensão de aspectos importantes da linguagem.

5.7. As conclusões a que chegamos nos mostram como foi possível encontrar uma hipótese sobre a significação de enunciações com não só...mas também (não somente...mas também), não só...como, não só...mas) que fosse aplicável às duas situações de uso: quando articula argumentos e quando articula conclusões. Esta hipótese não considera que a significação destas construções inclui uma orientação argumentativa, no sentido estrito em que este conceito é usado na semântica argumentativa. Isto não poderia ser um problema para esta teoria semântica? É fácil ver que não, pois estas construções foram pensadas na relação com outras que apresentam tal orientação na sua significação. E é isto que permite dizer que não só...mas também ora articula argumentos ora articula conclusões. Acrescente-se a isso que é fundamental para a determinação do sentido destas enunciações saber se tal morfema articula argumentos ou conclusões, pois esta diferença é que leva à determinação da força argumentativa própria da polifonia de enunciações do tipo não só X mas também Y.

Seria, também, interessante tentar encontrar uma explicação para o fato de que tanto o não só...mas também quanto o e, quando articula argumentos, articulam argumentos que são apresentados como de mesma força argumentativa. Parece que poderíamos dizer que faz parte da significação do e e do não só...mas também a ideia de que eles acrescentam algo ao que se disse antes, estabelecendo uma equivalência entre

os elementos articulados. Assim, se estes morfemas são usados para articular argumentos, os argumentos são apresentados como equivalentes argumentativamente, ou seja, com a mesma força argumentativa.

Resumindo, as enunciações em estudo têm o sentido constituído por

- a) Enunciações com e: equivalência entre os elementos articulados; os elementos articulados são atribuídos a um único enunciador; os elementos articulados ou são argumentos ou são conclusões.
- b) enunciações com não...mas também: equivalência entre os elementos articulados, os elementos articulados são atribuídos a enunciadores diferentes; os elementos articulados ou são argumentos ou são conclusões.

6. Para finalizar gostaria de dizer alguma coisa, embora rapidamente, sobre a relação entre um estudo semântico como este e o estudo do texto, portanto, a Análise de Discurso. Diríamos que o conceito fundamental para esta relação é o conceito de recorte. Na perspectiva aqui adotada, parece podermos dizer que o recorte pode ser tomado como um resultado da análise semântica que a análise do discurso tomará como unidade para seu estudo. Por exemplo, no estudo de S1 de T1, pudemos observar que o recorte produzido pelo uso de não só...mas também inclui o trecho da entrevista do Borges, o dizer dos amigos de Borges, etc. E este recorte será uma das unidades discursivas do texto. E isto será fundamental para se poder dizer qual o sentido ou sentidos do texto em questão.

Ainda uma outra consequência. Nesta perspectiva fica abalada a afirmação da teoria dos atos de fala de que a ação lingüística fundamental (o ato ilocutório) se dá pelo uso de um enunciado. Faz-se necessário, então, rever, ao que nos parece, o conceito de ato ilocutório. E isto, ou para substituí-lo por outro conceito mais adequado para se apreender a noção de ação lingüística, e que seja adequado à noção de recorte, ou para deslocar a idéia de que o material lingüístico do ato ilocutório é o enunciado. Ao que nos parece, as discussões de Ducrot (1972) e Vogt (1981), por exemplo, muito podem servir para uma revisão deste conceito, ao lado dos desenvolvimentos teórico-metodológicos da Análise de Discurso. Ressalte-se, aqui, como não poderia deixar ser, a noção de recorte (Orlandi, 1983, 1984), que trouxemos da Análise de Discurso, com todas suas consequências e implicações.

#### NOTAS:

\*. Agradeço a Carlos Vogt, Eni Orlandi e Rodolfo Ilari as observações sobre aspectos aqui desenvolvidos.

1. E. Orlandi distingue criatividade de produtividade. Para ela a produtividade é "a reiteração de processos já cristalizados pelas instituições, em que se toma a linguagem como produto e se mantém o dizível no espaço do que já está instituído: a paráfrase" (Orlandi, 1984, p.11).

2. Fazemos esta distinção como ela é vista por Ducrot. Por este ponto de vista, a dupla falante/ouvinte caracteriza os agentes dos fenômenos físico-fisiológicos de falar e ouvir, e não é objeto da semântica linguística. Por outro lado, as duplas locutor/alocutário e enunciador/destinatário caracterizam as figuras da enunciação linguisticamente consideradas. O locutor é o autor do que se diz, é quem diz algo, é quem se diz eu na enunciação; o alocutário é para quem se diz, é o tu da enunciação. O enunciador é o agente dos atos ilocutórios e o responsável pelo ato de linguagem numa enunciação; e o destinatário é o paciente destes atos (Ducrot, 1980, 43-44).
3. = significa, aqui, corresponde.
4. Significar pode ser usado também com o sentido de, por exemplo, é sinônimo de, é definido como, etc.
5. Segundo nossas observações, do ponto de vista argumentativo, parece sensato tem a mesma orientação argumentativa de é sensato.
6. Há uma distinção que se tem feito entre dois mas. Um deles, mas<sub>PA</sub>, é um mas argumentativo, que inverte a orientação argumentativa. O outro, mas<sub>SN</sub>, é um mas não argumentativo, um mas de retificação. Sobre esta distinção ver Anscombe e Ducrot(1977), e Vogt e Ducrot(1981).
7. A possibilidade deste diálogo me foi sugerida por Sírío Possenti.

#### BIBLIOGRAFIA

- ANSCOMBRE, J.C. e Ducrot, O. (1977) - "Deux Mais en Français". Lingua, 43: 20-40.
- BALLY, Ch. (1965) - Linguistique Générale et Linguistique Française. Francke Berne, 1932.
- DUCROT, O. (1972) - Dire et ne pas Dire. Paris, Hermann.
- , (1980) - "Analyse de Textes et Linguistique de l'Énonciation". Les Mots du Discours. Paris, Minit, p. 7-56.
- ORLANDI, E. (1983) - A Linguagem e seu Funcionamento. As Formas do Discurso. São Paulo, Brasiliense.
- , (1984) - "Segmentar ou Recortar?" Linguística: Questões e Controvérsias. Uberaba, Fiube.
- VOGT, C. (1977) - O Intervalo Semântico. São Paulo, Ática.
- , (1981) - "Por uma Pragmática das Representações". Linguagem, Pragmática e Ideo

logia. São Paulo, Hucitec/Funcamp, p. 129-163.

VOGT, C. e Ducrot, O. (1981) - "De Magis a Mas: uma Hipótese Semântica". Em Vogt, C. (1981).

## Variação na escala cromática



*As derrotas podem ser berrantes como as cores: verde-amarelas, como em Barcelona, ou amarelas, difíceis de esconder, como no malgrado combate à inflação*

Jorge Luís Borges. Quando comecei a perder a visão, e o mundo começou a dissolver-se diante dos meus olhos, houve um tempo, entre meus amigos... bem, um tempo em que eles brincavam comigo porque eu usava constantemente gravatas amarelas. Eles pensavam que eu gostava mesmo do amarelo, embora essa cor lhes parecesse muito berrante. E eu lhes disse: "Berrante para vocês, mas não para mim, pois essa é virtualmente a única cor que ainda posso ver". Vivo mergulhado num mundo cinzento, uma espécie de universo em *silver screen*. Mas o amarelo se destaca. Lembro-me agora de uma brincadeira de Oscar Wilde. Um de seus amigos exibiu uma gravata amarela e vermelha, cheia de cores muito visto-

sas, e Wilde lhe disse: "Meu caro, só um surdo pode usar uma gravata dessas".

**Repórter.** *Ele podia talvez dizer a mesma coisa da gravata que eu próprio estou usando agora...*

**Borges.** Bem. Me lembro de ter contado essa história a uma certa senhora, que não entendeu nada. Disse ela: "Com certeza, deve ser porque uma pessoa surda não pode ouvir o que os outros dizem de sua gravata".

**Repórter.** *Eis aí uma interpretação que teria divertido o próprio Wilde.*

**Borges.** Sem dúvida. Não me lembro de nenhuma outra coisa tão perfeitamente malcompreendida. A perfeição da estupidez (...)

Na verdade, não só as cores mas também as derrotas podem algumas vezes ser gritantes. Em outras palavras: há derrotas que são amarelas, e até verde-amarelas, como a que sofremos todos em Barcelona e as que o nosso governo vem sofrendo, na frente interna, graças à sua própria política pouco austera e pouco séria, em tantos terrenos diferentes.

Ainda esta semana, no Rio, o professor Eugênio Gudín, forte e rijo e cercado de amigos, completou 96 anos. O professor é o decano dos economistas brasileiros e, de todos eles, o que fala e escreve com maior clareza e lucidez. "A inflação", disse ele, "é característica de governos incapazes de organizar os seus orçamentos e de definir as suas prioridades, e que por isso sobrevivem cobrindo os seus déficits com emissões de títulos e de moedas, penalizando toda a sociedade de forma cruel e inútil".

Eis aí. Há derrotas amarelas, difíceis de esconder e de explicar. Há três anos, quando assumiu o general Figueiredo, logo depois do segundo (e pior) choque petrolífero, a inflação era de 40% ao ano. Dúzia e meia de meses depois, sob a nova administração, esse índice havia triplicado. Hoje, ele volta a subir, inutilizando os pesados sacrifícios impostos ao povo e ao país no último ano. Quem será o responsável? Responsável, diz o governo, são as circunstâncias. Em outras palavras: não há responsável. Quanto ao próprio general-presidente, embora se confesse "perplexo", continua firme e decidido, valentemente confiante em seus ministros e sua política. Se o governo não muda, só resta esperar que mudem... as circunstâncias. Pau na máquina, general!

## Texto 2

### Acadêmico e sem criatividade

JUAREZ MACHADO

• Galeria Bonino, Rio

Esta não é uma boa exposição de Juarez Machado. A primeira impressão que se tem ao entrar na galeria é de uma mostra acadêmica: o colorido sem vitalidade, os efeitos de sombra e luz, as soluções figurativas usadas e abusadas.

As notícias que vêm de fora indicam que esse tipo de pintura entra em voga. Com o esgotamento da pintura abstrata (em termos de movimento e moda) e de suas conseqüências, era natural esse retorno ao figurativo. E, se se trata de arte figurativa, por que discriminar entre técnicas de figuração? Tanto mais que no estilo figurativo moderno, nascido com os impressionistas, foi a origem da arte abstrata que saiu de órbita. Assim, na Europa ganha prestígio até o abjuro realismo socialista e, nos Estados Unidos, os jovens pintores se esmeram na cópia minuciosa de objetos industriais e naturais. Competem com a fotografia.

Qualquer que seja, porém, a técnica utilizada pelo artista, não terá sentido se, através dela, não é expressa a criatividade. E essa é a carência da atual mostra de Juarez Machado, que já deu provas não só de habilidade como de força imaginativa. Trata-se de um pintor que busca sempre o efeito inesperado, e que o faz com um senso de humor que chega às vezes ao *non-sense*.

Isso, porém, quase não se encontra nos quadros agora. O artista parece ter mergulhado num conformismo que o dispensa de exigir mais de si mesmo. E o resultado é uma pintura quase sempre anódina, de gosto duvidoso, que se vale de uns mesmos recursos e uns mesmos truques para impactar o espectador. Mas mesmo esses recursos e truques raramente atingem seus objetivos. Se em certos quadros a valorização cromática de alguns objetos postos no primeiro plano da tela cria uma vibração inusitada contra o fundo neutro, na maioria dos casos as cores e os tons se anulam numa atmosfera indefinida e morna.

E.G.▲

## O LEÃO MORDE O BOLSO

...

Com mais ou menos cerimônia, segundo a circunstância, o leão tem avançado impiedosamente na caça aos fundos para sustentar a máquina do governo, responsável por mais de metade dos investimentos nacionais, em grande parte programados sem o menor esforço de um planejamento sensato. Nessa caçada, algumas artimanhas já se tornaram rotineiras. Neste ano, o preço do eigarro já subiu mais de 100% em apenas um semestre, não porque o público esteja fumando desesperadamente, mas porque essa é a principal fonte de arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Os derivados de petróleo estão carregados de taxas e impostos em seus preços de venda ao consumidor, para financiar não só a Petrobrás mas um grande número de projetos na área energética.

Para sustentar esses programas, no entanto, o governo dispõe de outros bons truques, como, por exemplo, o aumento das tarifas de eletricidade 5% acima do aumento do custo de vida. De vez em quando, para amenizar o avanço do índice de inflação, alguns reajustes são adiados. Agora mesmo o governo acaba de suspender dois aumentos já programados - um para o aço, outro para a eletricidade -, que deveriam entrar em vigor a partir de 1º de agosto. Mas esta é apenas uma folga temporária, para tornar os índices um pouco mais manejáveis depois dos 8% de inflação de junho e dos 6 ou 6,5% de julho.

...

## Texto 3

Os governos estaduais gostaram do exemplo e decidiram entrar na onda, empurrando para cima os preços de seus serviços. A Sabesp (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo) chegou a divulgar um anúncio em que explicava, sem o menor pudor, que o público saía ganhando ao pagar mensalmente pela água, ao invés de, como no passado, de dois em dois meses. Em resumo: além de perder, o consumidor ainda é tratado como um deficiente. E, é claro, acaba também pagando pelo anúncio que o chama de burro.

Ao lado disso permanecem, evidentemente, estilos mais tradicionais de lesão aos bolsos particulares. Todos os anos, ao aprovar-se o orçamento das estatais, promete-se prioridade

ao pagamento das contas atrasadas de empreiteiros e fornecedores. E todos os anos a história volta ao ponto de partida. Nesta altura, o Sistema Eletrobrás, por exemplo, está devendo 100 bilhões de cruzeiros às empreiteiras contratadas para as hidrelétricas. E a Siderbrás tem penduradas contas no total de 40 bilhões de cruzeiros, segundo o secretário-geral do Ministério da Indústria e do Comércio, Marcos José Marques, que promete prioridade para a liquidação dessas dívidas.

O fato, comentou Amaury Temporal, primeiro vice-presidente da Associação Comercial do Rio de

Janeiro, "é que nós cobrimos o déficit do governo, seja pela inflação, seja pelo calote, seja pelo tributo". "Mas importante que discutir como se cobre esse déficit", continua o empresário, "é discutir o próprio déficit". O comentário parece sensato. Mas isso significa debater não só os números mas também as prioridades de investimentos e o sentido da política econômica. Isso é democracia. Num país em que mal se consegue receber uma conta líquida e certa do governo, é um banquete de milionários.

Rolf Kuntz ▲

Texto 3 cont.

## O caso Camata

Nessa questão do deputado Camata, a primeira crítica a fazer-lhe é que há completa desnecessidade de a oposição rebalxar-se ao nível governamental. A crítica adjetiva, ou mero espereño, o uso insensato de um vocabulário pífio, deve ser patrimônio dos que manejam à vontade os bens patrimoniais da União.

Para caracterizar o sistema e seus integrantes bastam fatos. Além do mais, em desenvoltura vocabular de certo padrão é inútil tentar concorrer. Quem, por exemplo, diria, em cadela nacional, que aos adversários falta "vergonha na cara" e que cavalo cheira melhor do que povo? Vê-se, por isso, que o deputado Camata executou, em termos políticos, uma operação desastrada e inútil, embora, a rigor, seu erro maior tenha sido o de afinar o diapásio pelo dó maloral, pessoa de privilégio tão grande que, contra ele, o parlamentar nem pode tentar arguir a exceção da verdade, uma coisa que dói.

A questão mais importante não é essa, porém. Consiste em saber por que um discurso sem a menor importância, pronunciado no interior de um Estado pequeno, foi plincado pelo sistema de informação-repressão para ter valor nacional. Em 1968, com a diferença de que a boquirrotice ocorreu no Congresso, algumas palavras do deputado Márcio Alves serviram de tema, algumas semanas depois, para edição do AI-5, semanas antes redigido e guardado em gaveta, à espera de oportunidade.

Seguramente, ao ordenar o processo, o ministro Abi Ackel sabia que o efeito imediato da decisão (que acatou ou gerou) só poderia ser mesmo o de pôr as acusações ao general Figueiredo em debate. Como disse

### Rio de Janeiro

ontem Ruy Lopes, as alegadas ofensas "serão repetidas no País inteiro" e todos vão querer saber "se o motivo é justo ou não".

Ora, o sistema não é burro, embora seja reacionário de fato. Deve-se concluir, portanto, que o assunto foi convenientemente examinado, não só nos aspectos jurídicos, como nas possibilidades propagandísticas e táticas que abre. Ao general-Presidente, que, com termos grosseiros, violou os padrões aceitáveis, procura-se ornar com uma aura de vítima. Nesse aspecto, entretanto, tudo se reduziria a um expediente publicitário, como outro qualquer. O diacho é que o assunto val muito além.

<sup>1</sup> Um processo pela Lei de Segurança, segundo os dispositivos vigentes, não inabilita candidaturas, e não val prejudicar o acusado nas urnas. Projeto nacionalmente, Camata aumentou as suas chances. Diplomado, poderá ser um ponto de ataque, no momento escolhido. Como alternativa, o representante capixaba, de quem não conhecemos nenhuma atividade maior, poderá ser processado pela legislação comum. Eis aí um bom caso plantado para o futuro.

Dissemos que, ao insultar seus adversários políticos, o general Figueiredo reservara-se prerrogativa especial e que, se alguém lhe respondesse no mesmo estilo, iria, provavelmente, ser submetido à Lei de Segurança Nacional. Camata, rapidamente, provou que a lógica do sistema não mudou nem um pouco. Não é preciso inventar a roda onde a lei é quadrada.

N.R.

Texto 4

...  
*A mobilização do homem individual.* — O transeunte e a comunicação estruturam, entre muitos outros, instituições abstratas mas penetrantes, e que chamam de "mobilização do homem individual". Mobilizam as oportunidades do homem individual quanto ao contato e associação com seus semelhantes, mas tornam essas tentativas e associações mais transitórias e menos estáveis. Uma parcela bem grande das populações das cidades grandes, inclusive as que constituem sua maioria, vive em casas de cômodo ou apartamentos, vivem em boa parte como as pessoas em algum grande hotel, encontrando-se mais sem se conhecer umas às outras. O efeito disso é substituir as associações mais íntimas e permanentes da comunidade maior por uma relação casual e furtiva.

Sob essas circunstâncias o *status* do indivíduo é determinado pelo grau considerável por si só convencional — por moda e "aparências" — e a arte da vida reduz-se em grande parte a esquivar sobre superfícies finas e a um escrupuloso estado de estilos e maneiras.

Não somente o transporte e a comunicação, mas também a segregação da população urbana tendem a facilitar a mobilidade do homem individual. Os processos de segregação estabelecem distâncias morais que fazem da cidade um mosaico de pequenos mundos que se tocam, mas não se interpenetram. Isso possibilita ao indivíduo passar rápida e facilmente de um meio moral a outro, e encoraja a experiência fascicante, mas perigosa, de viver ao mesmo tempo em vários mundos diferentes e contíguos, mas de outras formas amplamente separadas. Tudo isso tende a dar à vida citadina um caráter superficial e adventício; tende a complicar as relações sociais e a produzir tipos individuais novos e divergentes. Introduz, ao mesmo tempo, um elemento de acaso e aventura que se acrescenta ao estímulo da vida citadina e lhe confere uma atração especial para nervos jovens e frescos. O atrativo das cidades grandes é talvez uma consequência de estímulos que agem diretamente sobre os reflexos. Enquanto tipo de comportamento humano, pode ser explicado, numa espécie de ironismo, como a atração de uma mariposa pela chama.

...  
 Devese a esta altura, apresentar alguma justificativa para a escolha dos termos principais que formam a própria definição de cidade. Foi feita a tentativa de fazê-la a mais inclusiva e ao mesmo tempo a mais significativa possível, sem, no entanto, sobrecarregá-la com suposições desnecessárias. Dizer que são necessários grandes números para constituir uma cidade, significa, evidentemente, grandes números em relação a uma área de ocupação restrita ou de alta densidade. Não obstante, há boas razões para se tratar grandes números e densidade como fatores separados, pois cada um deles pode estar ligado a condições sociais significativamente diferentes. Do mesmo modo, a necessidade de se acrescentar homogeneidade à quantidade de população, como um critério necessário e distinto do urbanismo, poderia ser posta em dúvida, porque é de se esperar que a amplitude de diferenças cresça proporcionalmente à quantidade. Em sua defesa, poderíamos dizer que a cidade apresenta uma espécie de grau de heterogeneidade de população que não pode ser de responsabilidade exclusiva da lei dos grandes números ou não pode ser representada adequadamente por meio da curva normal de distribuição. Como a população da cidade não se reproduz a si mesma, ela tem que recrutar seus migrantes de outras cidades, do interior e — até recentemente nos Estados Unidos — de outros países. A cidade tem, desse forma, o cadinho das raças, dos povos e dos culturas e o mais favorável campo de criação de novos híbridos biológicos e culturais. Ela não só tolerou como recompensou diferenças individuais. Reuniu povos dos confins da terra porque eles são diferentes e, por isso, úteis uns aos outros e não porque sejam homogêneos e de mesma mentalidade.<sup>10</sup>

Há uma quantidade de proposições sociológicas referentes à relação entre: a) quantidade de população; b) densidade da população; c) heterogeneidade de habitantes e vida grupal, que podem ser formuladas com base na observação e pesquisa.